



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O presente Termo de Referência tem como objetivo detalhar especificações e quantidades para a **AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ, FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS JUDICIAIS E PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE.**

2. DA NÃO UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A justificativa para não usar o Registro de Preços (SRP) se baseia na incompatibilidade do procedimento com a necessidade imediata da administração, na demanda específica e limitada a um único órgão (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) ou seja, produtos tais como: leite em pó, fórmulas e suplementos alimentares, para o atendimento das demandas judiciais e pacientes assistidos pela Secretaria de Saúde do município de Ouricuri - PE, para consumo no decorrer dos próximos 12 (doze) meses, (sem interesse de adesão de outros), sendo mais ágil e adequado um pregão convencional para uma contratação pontual e total, garantindo vantajosidade e economicidade para o caso concreto, sob pena de desvirtuar a finalidade do SRP

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de leites, suplementos alimentares e fórmulas, para atendimento por demanda judicial e de 52 (CINQUENTA E DOIS) pacientes assistidos pela Secretaria de Saúde, é uma medida necessária e imprescindível para garantir o acesso à nutrição adequada e à saúde de indivíduos em situações específicas e urgentes. Abaixo, apresentamos as principais razões que justificam essa contratação:

a) Atendimento a Necessidades Específicas de Saúde: Alguns pacientes, especialmente lactentes, crianças em fase de desenvolvimento ou indivíduos com condições médicas específicas, necessitam de leites especiais para suprir suas necessidades nutricionais de forma adequada. Esses leites são formulados para atender demandas específicas, como alergias alimentares, intolerâncias ou condições médicas que requerem uma composição nutricional diferenciada;

b) Determinação Judicial e Prescrição Médica: A contratação de leites por demanda judicial é respaldada por determinações legais provenientes do Poder Judiciário, as quais reconhecem a necessidade do paciente e ordenam o fornecimento do suplemento alimentar. Além disso, tais prescrições são baseadas em avaliações médicas que atestam a importância desses leites para a saúde e o bem-estar do indivíduo;

c) Direito Fundamental à Saúde e à Alimentação Adequada: O acesso a uma alimentação adequada é um direito fundamental de todo ser humano, garantido pela legislação nacional e por tratados internacionais. Portanto, a contratação de leites por demanda judicial visa assegurar o cumprimento desse direito, garantindo que pacientes em situações de vulnerabilidade tenham acesso aos recursos necessários para uma nutrição adequada.

d) Prevenção de Complicações de Saúde: A falta de acesso a leites, fórmulas e suplementos alimentares especiais podem acarretar complicações graves para a saúde dos pacientes, incluindo desnutrição, comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo, e o surgimento ou agravamento de doenças. Portanto, a contratação desses leites por demanda judicial é uma medida preventiva que visa evitar tais complicações e promover a saúde e o bem-estar dos indivíduos atendidos. Em resumo, a contratação de leites por demanda judicial é uma medida essencial para atender às necessidades específicas e urgentes de pacientes que dependem desses produtos para garantir sua saúde e qualidade de vida.

3.2. Essa medida está em conformidade com os princípios da dignidade humana, do direito à saúde e da promoção do bem-estar, demonstrando o compromisso do poder público com o atendimento às demandas da população mais vulnerável.

3.3. Conforme preceitua o art. 196 da Constituição Federal, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assim, o procedimento administrativo em questão visa à manutenção do suporte necessário à execução das políticas públicas de saúde no município, com foco na prevenção, tratamento e recuperação da saúde da população, promovendo, com isso, um atendimento digno e de qualidade aos munícipes.

4. PRAZO DE ENTREGA

4.1- O prazo para a entrega dos produtos é de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho/ordem de compra;

4.2 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade do Município e deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal, localizado na sede do município de Ouricuri/PE, nas datas, horários e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável.

5. DOS QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS:

5.1 – Para definição do quantitativo, foi considerado o consumo individual mensal, multiplicados pelo período de 12 (doze) meses de pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde e pelo quantitativo de ordens e Demandas Judiciais, considerando ainda, a possibilidade de novos atendimentos à população vulnerável.

6. DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	446019	CAMPONESA INSTANTÂNEO 200G	UND	360
2	451540	NINHO ZERO LACTOSE 380G	UND	708
3	442856	NINHO FORT + 380G	UND	276
4	466567	SUSTAGEM SEM SABOR 370G	UND	96
5	404749	NEOCATE 400G	UND	348
6	464185	PEPTAMEN JUNIOR 400G	UND	204
7	464185	PREGOMIN PEPTI 400G	UND	72
8	439865	SUPRA SOY ZERO LACTOSE 300G	UND	168
9	446019	LEITE NINHO INTEGRAL 380G	UND	1080
10	466384	NUTRI SENIOR 370G	UND	120
11	432691	FORTINI PLUS 400G	UND	1128
12	439865	NUTREN KIDS EM PÓ 350G	UND	144
13	446019	CAMPONESA INTEGRAL 200G	UND	528
14	464185	PEPTAMEN ADULTO 400G	UND	180
15	439865	NUTREN ACTIVE 400G	UND	288
16	435228	PEDIASURE CHOCOLATE 400G	UND	60
17	438930	NESLAC COMFOR 3 800G	UND	96
18	403936	NUTILIS ESPESSANTE ALIMENTAR 300G	UND	24
19	405012	APTAMIL PEPTI 400G	UND	84
20	439865	NUTREN JUNIOR 400G	UND	168
21	435228	PEDIASURE 400G	UND	60
22	436337	NESTOGENO 400G	UND	192
23	439865	NUTREN CONTROL 380G	UND	72

QUANTITATIVO GERAL



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MÉDIA UNITÁRIA	TOTAL
1	446019	CAMPONESA INSTATÂNEO 200G	UND	360	10,45	3.762,00
2	451540	NINHO ZERO LACTOSE 380G	UND	708	32,54	23.038,32
3	442856	NINHO FORT + 380G	UND	276	29,48	8.136,48
4	466567	SUSTAGEM SEM SABOR 370G	UND	96	89,12	8.555,52
5	404749	NEOCATE 400G	UND	348	318,11	27.675,57
6	464185	PEPTAMEN JUNIOR 400G	UND	204	311,23	63.490,92
7	464185	PREGOMIN PEPTI 400G	UND	72	192,92	13.890,24
8	439865	SUPRA SOY ZERO LACTOSE 300G	UND	168	45,18	7.590,24
9	446019	LEITE NINHO INTEGRAL 380G	UND	1080	25,90	27.972,00
10	466384	NUTRI SENIOR 370G	UND	120	107,42	12.890,40
11	432691	FORTINI PLUS 400G	UND	1128	87,32	24.624,24
12	439865	NUTREN KIDS EM PÓ 350G	UND	144	44,29	6.377,76
13	446019	CAMPONESA INTEGRAL 200G	UND	528	9,09	4.799,52
14	464185	PEPTAMEN ADULTO 400G	UND	180	229,48	41.306,40
15	439865	NUTREN ACTIVE 400G	UND	288	69,16	19.918,08
16	435228	PEDIASURE CHOCOLATE 400G	UND	60	115,41	6.924,60
17	438930	NESLAC COMFOR 3 800G	UND	96	89,57	8.598,72
18	403936	NUTILIS ESPESSANTE ALIMENTAR 300G	UND	24	123,32	2.959,68
19	405012	APTAMIL PEPTI 400G	UND	84	199,21	16.733,64
20	439865	NUTREN JUNIOR 400G	UND	168	72,45	12.171,60
21	435228	PEDIASURE 400G	UND	60	116,08	6.964,80
22	436337	NESTOGENO 400G	UND	192	45,18	8.674,56
23	439865	NUTREN CONTROL 380G	UND	72	110,26	7.938,72
TOTAL R\$						364.994,01

ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP – SEDIADAS LOCAL/REGIONALMENTE LC 123/2006 LC 147/2014 E DECRETO MUNICIPAL 038/2023						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MÉDIA UNITÁRIA	TOTAL
1	446019	CAMPONESA INSTATÂNEO 200G	360	UND	10,45	3.762,00
2	451540	NINHO ZERO LACTOSE 380G	708	UND	32,54	23.038,32
3	442856	NINHO FORT + 380G	276	UND	29,48	8.136,48
4	466567	SUSTAGEM SEM SABOR 370G	96	UND	89,12	8.555,52
5	404749	NEOCATE 400G	87	UND	318,11	27.675,57
6	464185	PEPTAMEN JUNIOR 400G	204	UND	311,23	63.490,92
7	464185	PREGOMIN PEPTI 400G	72	UND	192,92	13.890,24



8	439865	SUPRA SOY ZERO LACTOSE 300G	168	UND	45,18	7.590,24
9	446019	LEITE NINHO INTEGRAL 380G	1080	UND	25,90	27.972,00
10	466384	NUTRI SENIOR 370G	120	UND	107,42	12.890,40
11	432691	FORTINI PLUS 400G	282	UND	87,32	24.624,24
12	439865	NUTREN KIDS EM PÓ 350G	144	UND	44,29	6.377,76
13	446019	CAMPONESA INTEGRAL 200G	528	UND	9,09	4.799,52
14	464185	PEPTAMEN ADULTO 400G	180	UND	229,48	41.306,40
15	439865	NUTREN ACTIVE 400G	288	UND	69,16	19.918,08
16	435228	PEDIASURE CHOCOLATE 400G	60	UND	115,41	6.924,60
17	438930	NESLAC COMFOR 3 800G	96	UND	89,57	8.598,72
18	403936	NUTILIS ESPESSANTE ALIMENTAR 300G	24	UND	123,32	2.959,68
19	405012	APTAMIL PEPTI 400G	84	UND	199,21	16.733,64
20	439865	NUTREN JUNIOR 400G	168	UND	72,45	12.171,60
21	435228	PEDIASURE 400G	60	UND	116,08	6.964,80
22	436337	NESTOGENO 400G	192	UND	45,18	8.674,56
23	439865	NUTREN CONTROL 380G	72	UND	110,26	7.938,72
TOTAL R\$ 364.994,01 (Trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais e um centavo).						

ITENS RESERVADOS A AMPLA PARTICIPAÇÃO						
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VL UNIT	VL GLOBAL
24	404749	NEOCATE 400G	UND	261	318,11	83.026,71
25	432691	FORTINI PLUS 400G	UND	846	87,32	73.872,72
TOTAL R\$ 156.899,43 (Cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e onventa e onze reais e quarenta e três centavos).						

6.1. **Obs:** Em caso de divergência entre os itens do **Catálogo de Materiais (CATMAT)** e as especificações do item a ser contratado, **prevalecem as especificações detalhadas no edital ou documento de compra.** O CATMAT serve como um guia para padronização de materiais, mas as necessidades específicas da contratação devem ser atendidas.

6.2. A estimativa de valor foi realizada mediante constatação de acordo com a cotação dos itens no BPS - Banco de Preços de contratações semelhantes por outros entes da federação, e ainda, para parte dos itens, no Banco de preços em Saúde, perfazendo um valor global estimado de **R\$ 521.893,44 (Quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).**

6.3. A exclusividade de itens de valores estimados até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, fundamenta-se no Art. 48, I da LC 123/06 e no Decreto Municipal nº 038/2023.

6.4. Nos itens cujos valores estimativos totais, superem **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, é procedida a divisão 75%/25% Art. 48, III da LC 123/06 (para bens divisíveis).

6.5. A preferência regional/local para os itens com valores estimativos totais até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, fundamenta-se Art. 48, § 3º da LC 123/06 e no Decreto Municipal 038/2023.

6.6 - Âmbito local refere-se às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Ouricuri, Estado do Pernambuco e o **âmbito Regional** refere-se à Mesorregião do Sertão de Pernambuco (Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Santa Cruz, Santa Filomena, Parnamirim, Bodocó, Exu e Granito).

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DA REGULARIDADE JURÍDICA a ser apresentada:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;



- b) Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados em se tratando de empresas organizadas sob esta forma, devendo ser realizada a indicação da empresa líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e apresentar declaração formal de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, devidamente assinado por todos os representantes legais das empresas que farão parte da composição;

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a ser apresentada:

- f) Comprovação de aptidão para o fornecimento similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- g) Apresentação de Alvará Sanitário ou Licença Sanitária de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal competente, em conformidade com a Lei Federal nº 6.360/1976 (art. 2º), o Decreto Federal nº 79.094/1977 (art. 2º) e demais normas sanitárias aplicáveis.

DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto do certame, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação.
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;
- j) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;
- l) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br; www.csjt.jus.br ou www.trt2.jus.br), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de envio da documentação;
- n) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas– CNPJ;
- o) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- p) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7 da Constituição Federal;
- q) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- r) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- s) Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- s.1 A certidão descrita no item “s” somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.



s.2 Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos de 1º e 2º grau.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 O CONTRATANTE obriga-se a:

- 8.1.1 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 8.2 Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao produto solicitado, observados os procedimentos conforme Termo de Referência;
- 8.3 Encaminhar a nota de empenho para a contratada;
- 8.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração, especialmente designado para tanto;
- 8.6 Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;
- 8.7 Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 8.8 Notificar, formal e tempestivamente, a EMPRESA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- 8.9 Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando o que for necessário, à regularização de faltas ou defeitos observados, possíveis trocas ou adição de itens em desacordo, garantia do produto, qualidade, comprovação das especificações condizentes com o Edital e/ou prospectivo informativo, bem como, de todas as informações e cuidados necessários para o uso e funcionamento do mesmo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Fornecer os produtos conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela Administração;
- 9.2 Entregar os produtos adquiridos estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.
- 9.3 Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete;
- 9.4 Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado da Sec. de Saúde.
- 9.5 Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração, conforme previsto na Lei federal nº 14.133/2021, quando for necessária.
- 9.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- 9.7 Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, no prazo de garantia, qualquer produto defeituoso que houver fornecido;
- 9.8 Entregar os materiais acompanhados de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE;
- 9.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Prefeitura Municipal e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 9.10 Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação do certame.
- 9.11 Os licitantes deverão mencionar as MARCAS dos materiais, que estão sendo cotados.
- 9.12. A indicação das marcas, não impede do CONTRATADO de entregar produtos de marcas diferentes, desde que mantidos os padrões de segurança e qualidade sejam semelhantes ou superiores.
- 9.13. Garantir a qualidade do(s) material(is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

10. DA ENTREGA E RECEBIMENTOS DOS PRODUTOS

- 10.1 Os produtos/materiais serão solicitados conforme a necessidade do Município e deverão ser entregues nas datas, no Almoxarifado Central do Município nas quantidades solicitadas, sendo designado para o recebimento o servidor responsável.
- 10.2 Produtos entregues com marcas diferentes daquelas apresentadas na proposta serão aceitos, desde que sejam de qualidade igual o superior;



10.3 No momento da entrega, na presença do fornecedor, será realizada a conferência dos produtos/materiais em relação à quantidade e qualidade. Caso os produtos entregues não estejam de acordo com a quantidade e/ou qualidade exigidas em edital, deverá a empresa contratada efetuar a troca e/ou reposição das mercadorias em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação.

10.4 O responsável pelo recebimento dos produtos/materiais, está autorizado a recusar a mercadoria, caso esta não esteja de acordo com as especificações do Edital.

10.5 O prazo de entrega do produto ofertado será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho;

10.6 Se no ato da entrega houver algum item em desacordo, o mesmo deverá ser repostado em adequação a descrição do Edital. A reposição do produto deverá ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas.

11. DA ENTREGA EM DESACORDO

11.1 O recebimento do produto deste edital, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através de servidor designado, sendo que, os produtos/materiais que não forem de boa qualidade, que apresentarem qualidade inferior do produto ofertado, serão devolvidos para substituição dos produtos, sem ônus ao Município.

11.2 Quando da ocorrência da entrega de produtos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, será lavrado pela Fiscal do Contrato o Relatório de Não Conformidades.

11.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. Após o recebimento de 03 (três) notificações de não conformidade pelo mesmo motivo, será encaminhado ao Setor Jurídico para que este aplique as penalidades previstas na legislação vigente e conforme contrato assinado pela empresa CONTRATADA.

11.5. O Fundo Municipal de Saúde de Ouricuri/PE, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.6. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

11.7. A dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício, observando os Convênios CONFAZ nº 87/2002, 54/2009 ou outras normas que impliquem desoneração tributária;

11.8. Para ser aceita pela Administração, a nota fiscal deve conter o número do lote do medicamento e o prazo de validade do produto.

11.9. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, a conformidade dos documentos e registro nos órgãos competentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

11.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

11.11. Na entrega dos produtos deverão ser cumpridos pela contratada e verificados pela administração:

a) A conformidade das especificações técnicas com o que foi solicitado, tais como forma farmacêutica, concentração e condições de conservação, bem como com os demais itens do detalhamento do objeto, constantes no quadro resumo (anexo C) deste Termo de Referência;

b) O produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pelo Órgão competente;

c) Os produtos entregues deverão apresentar, no rótulo, o número de registro ou notificação simplificada, conforme o caso, em consonância com a numeração contida na documentação de registro ou notificação simplificada;

11.12. Os produtos devem ser entregues por lote e data de validade, com seus respectivos quantitativos na Nota Fiscal;

12. PRAZO DE ENTREGA, CARACTERIZAÇÃO E VALIDADE DOS PRODUTOS



12.1- O prazo para a entrega dos produtos é de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

12.2 – Os produtos/materiais, serão solicitados conforme a necessidade do Município e deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Saúde - Centro Administrativo localizado na Avenida Mascarenhas de Moraes nº. 121 – Renascença - Ouricuri/PE, nas datas, e quantidades solicitadas, sendo designadas para o recebimento o servidor responsável.

12.3. A data de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data de entrega dos mesmos;

12.4. A embalagem do produto deve estar íntegra, lacradas, sem odor, umidade, sem amassados, ferrugem, rótulo desgastado ou ilegível, ou qualquer alteração que venha a prejudicar o produto, e além disso deve conter o nome, lote, data de fabricação e prazo de validade em local de fácil visualização;

12.5. A apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

12.6. Na substituição de itens defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante

12.7. Os produtos deverão ser transportados e entregues devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos. Com isso as empresas distribuidoras devem garantir que o transporte dos produtos seja de acordo com o que determina as Boas Práticas de Transportes.

12.8. Poderá haver durante todo o prazo de vigência da Ata análises laboratoriais de produtos com fundada suspeita de ineficácia, a expensas do fornecedor registrado, em Institutos Oficiais. Caso seja comprovada a ineficácia do produto, o fornecedor registrado estará sujeito à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no edital.

12.9. Em caso de necessidade de recolhimento por desvio de qualidade determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete ao fornecedor registrar o recolhimento e a reposição do produto por outro com a mesma apresentação que substitua o item escolhido.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13..2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.2 - Condições de Pagamento

13.2.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

13.2.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

13.2.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



13.2.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.2.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.2.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

13.2.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.2.11 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.2.12 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

14.1.1. Cabe ao **GESTOR DO CONTRATO**:

14.1.1.1. Ficará responsável pela gestão da execução deste instrumento contratual a servidor(a) ... – CPF nº ..., lotado na função de **GESTOR DE CONTRATO**.

- a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c. Emitir avaliação da qualidade dos produtos;
- d. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- e. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- f. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- g. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- h. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- i. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

14.1.2. Cabe ao **FISCAL DO CONTRATO**:

14.1.2.1. Ficará responsável pela fiscalização da execução deste instrumento contratual a servidor(a) ... – CPF nº ..., lotado na função de **FISCAL DE CONTRATO**.

- a. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- b. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do Edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- c. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- d. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- e. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.;
- f. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;



- g. Recusar serviço irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Edital da licitação ou respectivo contrato ou ordem de serviços, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- h. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- i. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- j. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

15. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTES E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 15.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 15.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 15.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.
- 15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.8 - O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.
- 15.9 - Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
- 8.10 - O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

16. DA ALIMENTAÇÃO DO BPS

- 16.1. Na forma do Artigo 14 da Resolução TCE/PE 249/2024, após a homologação do processo licitatório, o órgão contratante deverá alimentar o BPS, com o objetivo de identificar o bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do fornecedor e o valor total.

Ouricuri/PE, data da assinatura digital.

Ana Maria Parente de Brito
Ordenadora de Despesas da Sec. de Saúde